

e Andreia Filipa Pinho Diogo Martins, Assistente Técnica da Junta de Freguesia; Vogais suplentes: Valdemar António Pacheco, Assistente Técnico da Junta de Freguesia e Ylaw Ramos da Costa Neto Marques, Assistente Técnica da Junta de Freguesia.

19.2 — Ref. B) Presidente: Alexandre Carvalho das Neves Gaspar, Encarregado Operacional da Junta de Freguesia; Vogais efectivos: Maria Fernanda Martins Leite Fernandes, Coordenadora Técnica da Junta de Freguesia, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos e Andreia Filipa Pinho Diogo Martins, Assistente Técnica da Junta de Freguesia; Vogais suplentes: Valdemar António Pacheco, Assistente Técnico da Junta de Freguesia e Ylaw Ramos da Costa Neto Marques, Assistente Técnica da Junta de Freguesia.

18 de Outubro de 2011. — O Presidente da Junta de Freguesia, *Filipe Gonçalves de Faria Santos*.

305257843

FREGUESIA DE SÃO VICENTE

Aviso n.º 21626/2011

Avaliação final relativa ao período experimental do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Para os devidos efeitos torna-se público que foi formalmente assinado a conclusão com sucesso do período experimental de Leonel Vieira Nunes, na carreira de Assistente Operacional, categoria de Assistente Operacional, realizado no âmbito do procedimento concursal comum para celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com um Assistente Operacional, por meu despacho de 23 de Setembro de 2011.

O tempo de duração do período experimental, é contado para todos os efeitos legais, na carreira e na categoria em causa.

18 de Outubro de 2011. — O Presidente, *Eduardo Paulo Mendes de Andrade*.

305252772

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ELECTRICIDADE, ÁGUA E SANEAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

Aviso n.º 21627/2011

Nos termos do disposto na alínea *d*), do n.º 3, do artigo 30.º, por remissão do artigo 32.º, da Portaria n.º 83-A/2008, de 22 de Janeiro, republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, convoco os candidatos admitidos para a prestação da Prova Escrita de Conhecimentos, a que aludem os pontos 14.1 e 14.2 do Aviso de Abertura do Procedimento Concursal Comum para ocupação de 1 posto de trabalho na Carreira e Categoria de Técnico Superior, aberto por Aviso n.º 15631/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 151, de 8 de Agosto de 2011, a realizar pelas 9:00 horas do dia 3 de Dezembro de 2011, na Sede dos Serviços Municipalizados de Electricidade, Água e Saneamento da Maia, situada na Rua do Dr. Carlos Felgueiras, 4471-909 Maia.

A Prova Escrita de conhecimentos terá a duração de 60 minutos, com consulta de legislação, não comentada/anotada. Os candidatos deverão estar presentes no local de realização da prova munidos do Cartão de Cidadão ou outro documento de identificação válido, com fotografia, com o mínimo de 30 minutos de antecedência, a fim de serem encaminhados para os locais próprios.

A falta de comparência na prestação da Prova Escrita de conhecimentos, determina a exclusão do procedimento concursal.

Informe, ainda, que a lista de candidatos admitidos à Prova Escrita de Conhecimentos, encontra-se afixada no placard existente no átrio da Sede dos Serviços Municipalizados de Electricidade, Água e Saneamento da Maia, bem como na página electrónica dos mesmos em <http://www.smeas-maia.pt/>.

A Prova Escrita de Conhecimentos versará sobre o programa e legislação seguintes:

Regimes de Vinculação, Vínculos de Carreiras e de Remunerações — Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as respectivas alterações, adaptado à Administração Autárquica pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro;

Procedimento Concursal — Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril;

Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas — Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, com as respectivas alterações;

Regime das Férias, Faltas e Feriados — Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;

Estatuto Disciplinar — Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro;

Protecção Social dos Trabalhadores que exercem funções públicas — Lei n.º 4/2009, de 29 de Janeiro, e respectivas alterações;

SIADAP — Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, adaptada às Autarquias Locais pelo Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de Setembro.

Código do Procedimento Administrativo;

Regulamento das Custas Processuais — Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de Fevereiro;

Código do Notariado — Decreto-Lei n.º 207/95, de 14 de Agosto, na versão consolidada, vigente desde 1 de Janeiro de 2009, com as respectivas alterações;

Código dos Contratos Públicos, Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e respectivas alterações;

Lei de Organização e Processo no Tribunal de Contas, Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto e respectivas alterações;

Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro e respectivas alterações;

Regime Jurídico da Qualidade da Água destinada a Consumo Humano, Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto;

Regime Económico e Financeiro da Utilização do Domínio Hídrico, Decreto-Lei n.º 47/94, de 22 de Fevereiro;

Tratamento de Águas Residuais Urbanas, Decreto-Lei n.º 149/2004, de 22 de Junho;

Regime Jurídico do Livro de Reclamações, Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro e respectivas alterações;

Lei n.º 23/96, de 26 de Junho, e respectivas alterações — cria no ordenamento jurídico alguns mecanismos destinados a proteger o utente de serviços públicos essenciais;

Lei das Autarquias Locais — Decreto-Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro e respectivas alterações;

Lei das Finanças Locais — Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, e respectivas alterações;

Estatuto do Pessoal Dirigente — Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril e respectivas alterações;

Regime Jurídico da Organização dos Serviços das Autarquias Locais — Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro;

Estatuto da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de Outubro e respectivas alterações;

Regime Jurídico dos Serviços Municipais de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos Urbanos — Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto;

Código Penal;

Código do Processo Penal;

Constituição da República Portuguesa.

21 de Outubro de 2011. — O Vogal do Conselho de Administração, *Dr. Manuel Marques Nogueira dos Santos*.

305272244

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Aviso n.º 21628/2011

Para efeitos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público, que o Conselho de Administração destes Serviços Municipalizados, na sua reunião de 29 de Setembro de 2011, na sequência do procedimento concursal comum e após negociação do posicionamento remuneratório, deliberou por unanimidade, celebrar contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o técnico superior na área de Gestão e Economia, Álvaro Daniel de Sousa Teodoro, com a remuneração mensal correspondente à 2.ª posição remuneratória da categoria e ao nível 15 da tabela remuneratória única da carreira de técnico superior, com efeitos a partir de 10 de Outubro de 2011.

18 de Outubro de 2011. — O Director Delegado, *Jorge Ferreira da Silva Nemésio*.

305271637